

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>23</b>
<b>Capítulo 1 – NATUREZA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b> .....	<b>25</b>
<b>Capítulo 2 – APLICAÇÃO DA LIA</b> .....	<b>31</b>
2.1.    Agente Público segundo a LIA .....	31
2.2.    Agentes Políticos .....	32
2.2.1.    Presidente da República .....	35
2.2.2.    Vice-Presidente da República .....	38
2.2.3.    Ministro de Estado .....	39
2.2.4.    Prefeito .....	43
2.2.5.    Ministro do STF, Procurador Geral da República, Advogado- -Geral da União, Membro do CNJ e Membro do CNMP ...	48
2.2.6.    Ministro de Tribunal Superior, Comandantes da Marinha, Aeronáutica e do Exército, Ministro do TCU e Chefe de Missão Diplomática de caráter permanente.....	50
2.2.7.    Presidente de Tribunal .....	52
2.2.8.    Presidente da Câmara dos Vereadores e Vereadores.....	53
2.3.    Empregados e dirigentes de concessionárias e permissionários de ser- viços públicos.....	55
2.4.    Particular .....	56
2.4.1.    Da inviabilidade de desmembramento de processo contra particular .....	57
2.4.2.    Sócio, cotistas, diretores e colaboradores .....	58
2.5.    Pessoa Jurídica.....	59
2.6.    Partidos Políticos.....	59

<b>Capítulo 3 – PRINCÍPIOS</b> .....	<b>63</b>
3.1. Da aplicação dos princípios do direito administrativo sancionador a improbidade administrativa.....	63
3.2. Princípio da Legalidade .....	64
3.2.1. Conceito inelástico de Improbidade Administrativa.....	68
3.3. Princípio do Devido Processo Legal .....	70
3.4. Princípio da Proporcionalidade .....	70
3.5. Princípio da retroatividade da lei mais benéfica .....	75
3.5.1. Suspensão dos direitos políticos .....	79
3.6. Princípio da Presunção da Inocência .....	81
3.7. Princípio da Insignificância .....	82
3.8. Princípio do Promotor Natural .....	85
3.9. Princípio da Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	86
<b>Capítulo 4 – LEGITIMIDADE PARA INTEGRAR A LIDE</b> .....	<b>89</b>
4.1. Pessoa Jurídica interessada.....	91
4.1.1. Autonomia da Pessoa Jurídica interessada.....	91
4.2. Vice-prefeito .....	92
4.3. Advogado particular não pode propor ação de improbidade.....	92
4.4. Defensoria pública .....	93
<b>Capítulo 5 – COMPETÊNCIA</b> .....	<b>95</b>
5.1. Sistema Americano de Direitos Humanos .....	95
5.2. Prerrogativa de foro.....	96
5.2.1. Ministro do STF.....	107
5.2.2. Governador .....	108
5.2.3. Ministro do TCU .....	109
5.3. Justiça Comum Estadual.....	109
5.3.1. Ajuizamento da demanda pelo MPF .....	116
5.4. Justiça Comum Federal .....	117
5.4.1. Ajuizamento da demanda pelo MPF .....	121
<b>Capítulo 6 – REFORMA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SUA APLICAÇÃO</b> .....	<b>125</b>
6.1. Aplicação retroativa nas hipóteses de não conhecimento do recurso..	128
6.2. Aplicação de ofício das alterações da LIA.....	128

6.3.	As alterações da LIA tipificaram os atos de improbidade de forma taxativa.....	130
6.3.1.	É inviável a condenação por improbidade administrativa com base somente no <i>caput</i> dos artigos 9º, 10 ou 11.....	132
<b>Capítulo 7</b>	<b>– INQUÉRITO CIVIL.....</b>	<b>137</b>
7.1.	Necessidade.....	137
7.2.	Prazo para apuração de notícia fato no âmbito de inquérito civil.....	137
<b>Capítulo 8</b>	<b>– VEDAÇÃO AO DESVIO DE FINALIDADE DA AÇÃO .....</b>	<b>143</b>
<b>Capítulo 9</b>	<b>– RESPONSABILIDADE .....</b>	<b>145</b>
9.1.	Mera ilegalidade.....	145
9.2.	Violação dos princípios da administração pública.....	147
9.3.	Responsabilidade Objetiva .....	149
9.4.	Responsabilidade solidária por omissão da administração .....	152
9.5.	Efetivo prejuízo .....	153
9.6.	Presunção do dano .....	154
<b>Capítulo 10</b>	<b>– VEDAÇÃO DO ADIANTAMENTO DE CUSTAS, DO PREPARO, DE EMOLUMENTOS E DE HONORÁRIOS PERICIAIS .....</b>	<b>157</b>
<b>Capítulo 11</b>	<b>– DOLO E CULPA .....</b>	<b>159</b>
11.1.	Tipo culposo.....	159
11.2.	A ausência do dolo não caracteriza ato de improbidade administrativa ...	161
11.3.	Dolo Específico.....	163
11.3.1.	Nas condutas tipificadas na Lei de Conflito de Interesses .....	170
11.4.	Presunção do dolo de pessoa jurídica.....	172
<b>Capítulo 12</b>	<b>– A REVOGAÇÃO DO TIPO GENÉRICO DO ART. 11, I, DA LIA .....</b>	<b>175</b>
12.1.	Descontinuidade típico-normativa .....	180
12.2.	Das condutas tipificadas na Lei das Eleições.....	182
12.3.	Das condutas tipificadas na Lei de Conflito de Interesses .....	182
12.4.	Das Condutas tipificadas no Estatuto das Cidades .....	183
<b>Capítulo 13</b>	<b>– DA DIVERGÊNCIA INTERPRETATIVA.....</b>	<b>185</b>
<b>Capítulo 14</b>	<b>– VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA .....</b>	<b>189</b>
14.1.	Pagamento de serviços prestados .....	191

<b>Capítulo 15 – DA REVOGAÇÃO DOS TIPOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PREVISTOS NOS ARTIGOS 9º E 10 .....</b>	<b>195</b>
<b>Capítulo 16 – ATOS PRATICADOS CONTRA ENTIDADE PRIVADA CUJA CRIAÇÃO OU CUSTEIO ERÁRIO TENHA CONCORRIDO E A LIMITAÇÃO DA SANÇÃO .....</b>	<b>199</b>
<b>Capítulo 17 – DA PROVA .....</b>	<b>201</b>
17.1. Ônus da prova .....	203
17.2. Da necessidade de ratificação das provas em juízo .....	206
17.3. Da ausência de Provas .....	207
17.4. Da prova emprestada.....	209
17.4.1. Limites da utilização .....	209
17.4.2. Legitimidade para contestar interceptações telefônicas .....	210
17.5. Da repercussão das provas produzidas em outras searas .....	212
17.5.1. Da (I)licitude das provas produzidas em outras searas .....	212
17.6. Desnecessidade da prova pericial .....	215
<b>Capítulo 18 – COLABORAÇÃO PREMIADA NO ÂMBITO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>217</b>
18.1. Improbidade administrativa de fatos objeto de colaboração premiada.....	218
<b>Capítulo 19 – ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL.....</b>	<b>221</b>
19.1. Legitimidade ativa.....	221
19.2. Requisitos .....	223
19.3. Objeto .....	228
19.4. Suspensão do feito.....	231
19.5. Momento.....	231
19.5.1. Ação Rescisória .....	233
19.6. Descumprimento .....	234
<b>Capítulo 20 – MEDIDAS CAUTELARES.....</b>	<b>237</b>
20.1. Afastamento Cautelar.....	237
20.2. Indisponibilidade de bens .....	240
20.2.1. Requisitos .....	240
20.2.1.1. Aplicação imediata das alterações da LIA.....	242
20.2.2. Limitação .....	244

20.2.2.1. Bens adquiridos antes da prática do ato.....	247
20.2.2.2. Bens que possuem nexos com o ato.....	249
20.2.2.3. Solidariedade.....	250
20.2.3. Litisconsórcio passivo.....	250
20.2.3.1. Intranscendência da reparação do dano.....	250
20.2.3.2. Limite dos valores bloqueados.....	251
20.2.4. Possibilidade de substituição do bloqueio.....	251
20.2.5. Bloqueio de bens de terceiros.....	252
20.2.6. Ordem de bloqueio.....	253
20.2.7. Garantia da prestação de serviços públicos e efeitos práticos da decisão.....	254
20.2.8. Bem de família.....	254
20.2.9. Penhorabilidade de salário e a garantia da preservação do suficiente para garantir a subsistência.....	256
<b>Capítulo 21 – DIREITO DE DEFESA.....</b>	<b>257</b>
21.1. Da paridade de armas entre defesa e acusação.....	257
21.2. Direito de defesa no âmbito da apuração.....	258
<b>Capítulo 22 – REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE QUE ATENTE CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>259</b>
<b>Capítulo 23 – PETIÇÃO INICIAL.....</b>	<b>261</b>
23.1. Requisitos.....	261
23.2. Rejeição da Inicial.....	262
23.3. Questões preliminares.....	265
23.4. Ausência de justa causa.....	265
23.5. Recebimento.....	266
23.6. Ausência de emenda à inicial.....	268
<b>Capítulo 24 – DECISÕES.....</b>	<b>271</b>
24.1. Decisão que recebe a inicial.....	271
24.2. Sentença.....	274
<b>Capítulo 25 – DO JULGAMENTO IMPROCEDENTE.....</b>	<b>277</b>
<b>Capítulo 26 – DA CONVERSÃO DA AÇÃO DE IMPROBIDADE EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....</b>	<b>279</b>
26.1. Conversão para reparação de danos.....	280

<b>Capítulo 27 – VEDAÇÃO AO <i>BIS IN IDEM</i>.....</b>	<b>281</b>
27.1. Punitivo .....	281
27.2. Ressarcitório.....	283
27.3. Medida Cautelar de indisponibilidade de bens .....	286
<b>Capítulo 28 – ALTERAÇÕES DOS TIPOS QUE NÃO MAIS CARACTERIZAM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>289</b>
28.1. Inciso IV do art. 9º .....	289
28.2. Inciso VI do art. 9º .....	290
28.3. Inciso VII do art. 9º .....	291
28.4. Inciso I do art. 10 .....	292
28.5. Inciso II do art. 10 .....	293
28.6. Inciso III do art. 10.....	294
28.7. Inciso IV do art. 10.....	295
28.8. Inciso VIII do art. 10 .....	295
28.9. Inciso X do art. 10 .....	297
28.10. Inciso III do art. 11 .....	297
28.11. Inciso IV do art. 11 .....	298
28.12. Inciso V do art. 11 .....	300
28.13. Inciso VI do art. 11 .....	300
<b>Capítulo 29 – DOS ATOS QUE NÃO CARACTERIZAM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>303</b>
29.1. Descumprimento de decisão judicial .....	303
29.2. Nepotismo .....	305
29.2.1. Ausência do dolo específico.....	310
29.2.2. Agente Político .....	311
29.2.3. Qualificação técnica do nomeado .....	314
29.2.4. Nomeação para órgãos distintos.....	316
29.2.5. Concunhado e Consobrinho.....	317
29.3. Licitação .....	320
29.3.1. Inexigibilidade .....	323
29.3.2. Dispensa .....	325
29.3.3. Aquisição sem licitação .....	329
29.3.4. Ausência de publicação .....	330

29.3.5.	Nomeação dos membros da Comissão de Licitação.....	331
29.3.6.	Mero descumprimento de normas licitatórias .....	334
29.3.7.	Intermediação na contratação de show artístico .....	335
29.4.	Contratação pela Administração Pública .....	336
29.4.1.	Contratação de consultoria jurídica.....	336
29.4.2.	Contratação com empresa que esposa é sócia .....	338
29.4.3.	Prorrogação de Contrato por necessidade pública .....	339
29.4.4.	Aquisição de combustível e veículos .....	340
29.5.	Inadimplemento de parcelamento .....	341
29.6.	Transparência.....	342
29.6.1.	Prestação de Contas .....	342
29.6.1.1.	Fora do prazo .....	342
29.6.1.2.	Ausência.....	345
29.6.1.2.1.	Prefeito .....	348
29.6.1.3.	Atraso na publicação.....	349
29.6.1.4.	Prestação irregular.....	349
29.6.2.	Prestação de informações no Portal da transparência fora do prazo.....	350
29.6.3.	Ausência de alimentação de sistema .....	352
29.6.4.	Conduta omissiva de não fornecer documentos a nova gestão ...	352
29.7.	Hora extra.....	353
29.8.	Recolhimento de encargos previdenciários .....	356
29.8.1.	Pelo ente público .....	356
29.8.2.	Por empresa contratada.....	359
29.9.	Emissão de Parecer .....	360
29.10.	Emissão de cheque sem fundo.....	366
29.11.	Financeiro.....	368
29.11.1.	Ausência de inclusão no orçamento de dívida originária de precatório .....	368
29.11.2.	Omissão de receitas.....	369
29.11.3.	Majoração de vencimentos nos 180 dias anteriores ao final do mandato .....	370
29.11.4.	Aplicação de verbas em despesas diversas das que estão destinadas .....	372
29.12.	Execução parcial e pagamento na proporção dos serviços executados.....	373

29.13. Concurso Público.....	376
29.13.1. Nomeação fora da ordem de classificação.....	376
29.13.2. Contratação temporária em detrimento do concurso público .....	377
29.13.3. Contratação por processo seletivo em detrimento de concurso.....	381
29.14. Servidor Público.....	383
29.14.1. Trabalho remoto .....	383
29.14.2. Participação de protesto e licença médica.....	384
29.14.3. Jornada especial .....	385
29.14.4. Fraude em registro do ponto eletrônico .....	385
29.14.5. Desvio de função .....	386
29.15. Contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas.....	387
29.16. Recebimento de diárias .....	388
29.17. Situação precária do Conselho Tutelar.....	389
29.18. Ausência de repasses de empréstimo consignado.....	390
29.19. Policial que exerce atividade paralela como segurança particular .....	391
29.20. Emissão de certidão ideologicamente falsa.....	392
29.21. Pedido de vista prolongado .....	393
<b>Capítulo 30 – NULIDADE.....</b>	<b>395</b>
30.1. Nulidade por ausência de Citação .....	395
30.2. Nulidade por falta de intimação da defesa para apresentar Alegações Finais .....	397
30.3. Nulidade da Condenação.....	397
30.3.1. Por ausência de fundamentação .....	402
30.4. Nulidade do trânsito em julgado .....	403
<b>Capítulo 31 – DAS SANÇÕES.....</b>	<b>405</b>
31.1. Da individualização da pena.....	409
31.2. Dosimetria da Pena .....	410
31.3. Perda da função.....	411
31.3.1. A perda de função não contempla a perda de cargo.....	415
31.3.2. Não se aplica a sanção de perda da função nos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública .....	419
31.4. Cassação da aposentadoria .....	419

31.5.	Multa.....	422
31.5.1.	Aplicação da penalidade de multa nos casos em que não há proveito ou vantagem pessoal.....	423
31.5.2.	Termo <i>a quo</i> da contagem da correção monetária.....	425
31.6.	Suspensão dos Direitos Políticos.....	425
31.6.1.	Termo <i>a quo</i> de contagem da suspensão dos direitos políticos.....	425
31.6.2.	A suspensão dos direitos políticos depende de processo judicial.....	426
31.6.3.	Não se aplica a suspensão dos direitos políticos nos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.....	428
31.6.4.	Ausência de dano ao erário.....	430
31.6.5.	Reabilitação.....	430
31.7.	Proibição de contratação com poder público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.....	431
31.8.	Necessidade do trânsito em julgado.....	434
31.8.1.	Proibição para contratar com o poder público.....	436
31.9.	Ressarcimento.....	437
31.9.1.	Natureza do ressarcimento do dano.....	437
31.9.2.	Ressarcimento quanto aos atos que atentam contra os Princípios da Administração Pública.....	438
31.9.3.	Da intranscendência da reparação do dano.....	439
31.10.	Da possibilidade de parcelamento.....	440
31.11.	Atos de menor ofensa.....	440
31.12.	Pena máxima.....	441
31.13.	Execução das penalidades.....	441
31.13.1.	Aplicação de medidas atípicas.....	442
<b>Capítulo 32 – INELEGIBILIDADE EM DECORRÊNCIA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....</b>		<b>447</b>
32.1.	Competência para analisar.....	447
32.2.	Atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública.....	449
<b>Capítulo 33 – PRESCRIÇÃO.....</b>		<b>451</b>
33.1.	Suspensão do prazo prescricional.....	451
33.2.	Interrupção do prazo prescricional.....	452
33.3.	Efeitos da suspensão e interrupção da prescrição.....	453

33.4.	Da preclusão da propositura da ação de improbidade administrativa.....	454
33.5.	Prescrição intercorrente .....	455
33.5.1.	A constitucionalidade da prescrição intercorrente .....	457
33.6.	Da irretroatividade do art. 23 alterado pela Lei nº 14.230/2021 .....	463
33.7.	Prescrição da pretensão punitiva.....	465
33.8.	Prescrição quanto ao particular.....	465
33.9.	Prescrição do ressarcimento ao erário.....	466
<b>Capítulo 34</b>	<b>– DAS DIFERENTES INSTÂNCIAS .....</b>	<b>469</b>
34.1.	Da repercussão das decisões de outras searas .....	469
34.1.1.	Da repercussão da decisão de improbidade administrativa na seara penal .....	470
34.2.	Da independência das instâncias .....	471
<b>Capítulo 35</b>	<b>– DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.....</b>	<b>473</b>
<b>Capítulo 36</b>	<b>– DOS RECURSOS.....</b>	<b>475</b>
36.1.	Reexame necessário .....	475
36.2.	Recurso Especial .....	478
36.2.1.	Da presunção de relevância .....	478
36.2.2.	Do cabimento para discutir a desproporcionalidade da pena aplicada .....	479
36.3.	Efeito extensivo ou expansivo do recurso.....	480
36.4.	Decisões interlocutórias.....	480
36.5.	Erro grosseiro.....	481
<b>Capítulo 37</b>	<b>– AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>	<b>483</b>
37.1.	Ação rescisória em face dos tipos revogados .....	486
37.2.	Prova nova .....	488
<b>Capítulo 38</b>	<b>– JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>491</b>
38.1.	Princípio da Legalidade .....	491
38.2.	Princípio da razoável duração do processo .....	492
<b>Capítulo 39</b>	<b>– CARACTERIZAÇÃO DE CRIME .....</b>	<b>497</b>
	<b>Referências .....</b>	<b>499</b>
	<b>ÍNDICE REMISSIVO DAS TESES DEFENSIVAS .....</b>	<b>517</b>